

RTA-094-2019

**Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de
Trabalho Médico**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o
relatório dos auditores independentes**

RTA-094-2019

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 15 de fevereiro de 2019.

À

Unimed de Rio Claro - SP Cooperativa de Trabalho Médico

Rio Claro SP

Atenção do Senhor **Dr. Luiz Wehmuth Neto**
Presidente

Prezados Senhores:

Estamos encaminhando as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Rio Claro SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico* (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico* em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 15 de fevereiro de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		44.617.696	41.388.532	Circulante		24.939.633	22.959.393
Disponível		5.317.587	5.042.796	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	8.759.125	8.455.993
Realizável		39.300.109	36.345.736	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		1.514.413	1.401.683
Aplicações financeiras	4	26.158.018	24.679.798	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		1.045.025	1.587.868
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		7.382.538	6.737.010	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		4.902.391	4.231.577
Aplicações Livres		18.775.480	17.942.788	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		1.297.296	1.234.865
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.214.111	3.235.982	Débitos de operações de assistência à saúde		1.037.976	935.257
Contraprestações pecuniárias a receber		4.116.990	3.103.588	Receita antecipada de contraprestações		1.037.976	935.257
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		97.121	132.394	Débitos de oper.assist. à saúde não relac. com o plano de saúde da operadora	13	864.431	1.539.582
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	6	3.239.817	3.397.675	Tributos e encargos sociais a recolher	14	4.904.871	4.066.213
Créditos tributários e previdenciários		757.607	508.293	Empréstimos e financiamentos a pagar	15	364.290	388.818
Bens e títulos a receber	7	4.883.016	4.229.757	Débitos diversos	16	9.008.940	7.573.530
Despesas antecipadas		47.540	294.231				
		38.152.742	31.025.559	Não circulante		21.177.420	12.004.442
Não circulante		2.513.063	1.864.957	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	12	645.579	503.039
Realizável a longo prazo		2.510.463	1.715.697	Provisão para contingências	17	18.889.940	9.442.492
Depósitos judiciais e fiscais	8	2.600	149.260	Empréstimos e financiamentos a pagar	15	1.641.901	2.058.911
Outros créditos a receber		2.600	149.260				
Investimentos	9	4.039.661	3.024.823	Patrimônio líquido	19	36.653.385	37.450.256
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde		2.681.069	1.757.121	Capital social		16.988.856	16.377.611
Outros investimentos		1.358.592	1.267.702	Reservas		16.930.806	12.616.539
Imobilizado	10	31.350.306	26.019.306	Fundo de reserva		11.134.148	7.080.142
Imóveis de uso próprio: hospitalares		16.023.519	16.390.117	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		3.180.400	2.979.082
Imóveis de uso próprio: não hospitalares		6.009.278	2.333.482	Fundo constituído		1.753.021	1.753.021
Bens móveis: hospitalares		6.108.276	3.114.086	Reserva para provisões técnicas		863.237	804.294
Bens móveis: não hospitalares		2.194.415	1.559.264	Sobras à disposição da AGO		2.733.723	8.456.106
Imobilizações em curso		453.148	2.161.776				
Outras imobilizações		561.670	460.581				
Intangível	11	249.712	116.473				
Total do ativo		82.770.438	72.414.091	Total do passivo e do patrimônio líquido		82.770.438	72.414.091

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		131.450.818	120.153.238
Ingressos com operações de assistência à saúde		140.614.162	124.529.793
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(9.163.344)	(4.376.555)
Eventos indenizáveis líquidos		(105.075.205)	(94.971.566)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(105.817.067)	(94.915.582)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		741.862	(55.984)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		26.375.613	25.181.672
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		54.859	107.120
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		14.825.486	17.007.085
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		5.831.896	7.002.651
Outros ingressos/ receitas operacionais		8.993.590	10.004.434
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(174.598)	(182.684)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(7.142.438)	(3.623.885)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde		(7.771.291)	(3.330.179)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência a saúde		946.309	76.681
Provisão para perdas sobre crédito		(317.456)	(370.387)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(15.101.124)	(16.310.239)
Resultado bruto		18.837.798	22.179.069
Dispêndios/ despesas de comercialização		(366.761)	(321.947)
Dispêndios/ despesas administrativas	20	(14.550.591)	(13.741.273)
Resultado financeiro líquido	21	308.585	1.394.002
Ingressos/ receitas financeiras		2.869.478	2.441.415
Dispêndios/ despesas financeiras		(2.560.893)	(1.047.413)
Resultado patrimonial		303.413	509.969
Ingressos/ receitas patrimoniais		311.968	518.536
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(8.555)	(8.567)
Sobra antes da tributação e das participações		4.532.444	10.019.820
IRPJ	22	(196.772)	(70.823)
CSLL	22	(80.695)	(34.976)
Participações sobre o resultado		(4.668)	2.365
Sobra líquida do exercício		4.250.309	9.916.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	2018	2017
Sobra líquida do exercício	4.250.309	9.916.386
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	4.250.309	9.916.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Capital social	Fundo de reserva	RATES	Fundo constituído	Reserva para provisões técnicas	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	16.327.166	2.534.290	2.528.654	1.753.021	786.080	3.554.214	27.483.425
Deliberação da AGO de 6/3/2017							
Incorporação das sobras	-	3.554.214	-	-	-	(3.554.214)	-
Integralização de capital	317.654	-	-	-	-	-	317.654
Baixa do capital por desligamento	(267.209)	-	-	-	-	-	(267.209)
Realização da reserva de provisões técnicas	-	-	-	-	(786.080)	786.080	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	9.916.386	9.916.386
Realização do RATES	-	-	(45.392)	-	-	45.392	-
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	495.820	-	-	(495.820)	-
Fundo de reserva	-	991.638	-	-	-	(991.638)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	-	-	-	-	804.294	(804.294)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.377.611	7.080.142	2.979.082	1.753.021	804.294	8.456.106	37.450.256
Deliberação da AGO de 11/3/2019							
Incorporação das sobras	-	3.601.975	-	-	-	(3.601.975)	-
Juros s/ capital próprio	1.598.084	-	-	-	-	-	1.598.084
Distribuição das sobras	-	-	-	-	-	(4.854.132)	(4.854.132)
Integralização de capital	21.451	-	-	-	-	-	21.451
Baixa do capital por desligamento	(1.008.290)	-	-	-	-	-	(1.008.290)
Realização da reserva de provisões técnicas	-	-	-	-	(804.293)	-	(804.293)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	4.250.309	4.250.309
Realização do RATES	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas estatutárias:							
RATES	-	-	201.318	-	-	(201.318)	-
Fundo de reserva	-	452.031	-	-	-	(452.031)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	-	-	-	-	863.236	(863.236)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.988.856	11.134.148	3.180.400	1.753.021	863.237	2.733.723	36.653.385

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	4.250.309	9.916.386
Ajuste do resultado do exercício:		
Depreciações e amortizações	1.971.018	1.913.295
Resultado na alienação de bens	14.622	11.372
Provisão para perdas sobre créditos	184.890	370.387
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(225.142)	431.128
Constituição de provisões para ações judiciais	9.447.448	2.673.169
Realização das provisões técnicas	(804.293)	-
Juros provisionados e não pagos	-	203.281
Redução nos ativos:		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(645.528)	(1.121.894)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.163.019)	(367.565)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	157.858	(738.124)
Créditos tributários e previdenciários	(249.314)	(101.721)
Bens e títulos a receber	(653.259)	229.464
Despesas antecipadas	246.691	(176.063)
Depósitos judiciais	(794.766)	(175.821)
Outros créditos a receber do não circulante	146.660	8.195
Aumento (redução) nos passivos:		
Eventos/ sinistros a liquidar	670.814	670.248
Débitos de operações de assistência à saúde	102.719	(70.680)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(675.151)	159.573
Tributos e encargos sociais a recolher	838.658	74.628
Débitos diversos	1.435.410	405.584
Recursos líquidos provenientes das operações	14.256.625	14.314.842
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e do intangível	(7.449.879)	(3.645.421)
Aplicação em investimentos	(1.014.838)	(513.448)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(8.464.717)	(4.158.869)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal e juros	(441.538)	(439.828)
Liberações de empréstimos e financiamentos	-	1.100.000
Aumento de capital	21.451	317.654
Integralização de capital juros s/ capital próprio	1.598.084	-
Distribuição de sobras	(4.854.132)	-
Baixa do capital por desligamento de cooperados	(1.008.290)	(267.209)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(4.684.425)	710.617
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.107.483	10.866.590
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.093.067	22.985.584
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.985.584	12.118.994
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.107.483	10.866.590

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Rio Claro SP, que contava com 168 cooperados no final de 2018 e de 2017, respectivamente, tem por objeto a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de usuários de planos de saúde por si contratados, em nome dos seus cooperados, para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades profissionais.

2 Base de preparação e apresentação

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 15 de fevereiro de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros – política aplicável a partir 1º de janeiro de 2018

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2016 e posteriores alterações pela RN 419/2017. Possuem, em sua maioria, cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “PEPS – Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair”.

f Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliadas pelo valor justos das cotas.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de “impairment”)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG: caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS: provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais: representado pelos valores relativos a prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA: até agosto de 2009 foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2009, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão. A provisão teve seu início em 30 de setembro de 2009.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas

até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2016. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

s Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Aplicações financeiras

Modalidade	2018	2017
Itaú Unimed RF	7.374.692	6.729.546
UBB ANS FI RF Saúde	7.846	7.464
Aplicações garantidoras de provisões técnicas(i)	7.382.538	6.737.010
Sicredinvest Flex -CDI	9.583.560	8.892.725
D.S.A. - CDI Unicred	6.693.603	6.202.759
CDB - Real	906.687	1.340.885
Cambial FICFI	570.955	1.001.327
Pré LP RF	383.517	354.489
Person Kinea Chronos FICFI MM	162.571	150.603
CDB / FIC	353.119	-
FICFIINSTITUCIONALRF	121.468	-
Aplicações Livres	18.775.480	17.942.788
	26.158.018	24.679.798

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, estão substancialmente compostas por aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2016 e posteriores modificações pela RN 419/2017.

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2018	2017
Contraprestações pecuniárias - preço pré-estabelecido	3.345.271	2.867.712
Contraprestações pecuniárias - preço pós estabelecido	603.471	805.369
Outros créditos de operação com plano de Assist. Saúde	1.034.892	147.534
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(769.523)	(584.633)
	<u>4.214.111</u>	<u>3.235.982</u>

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2018	2017
Intercâmbio a receber (i)	3.753.657	3.984.204
Outros créditos operacionais	403.700	442.009
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (ii)	(917.540)	(1.028.538)
	<u>3.239.817</u>	<u>3.397.675</u>

- (i) Contas a receber referente aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos vencidos há mais de 90 dias.

7 Bens e títulos a receber

	2018	2017
Estoques	3.958.679	3.071.021
Títulos a receber	1.179.905	1.152.906
Adiantamento a empregados	10.372	130.762
Adiantamento a fornecedores	53.588	23.520
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(319.528)	(148.452)
	<u>4.883.016</u>	<u>4.229.757</u>

8 Depósitos judiciais

	2018	2017
Depósitos judiciais – tributários (i)	1.190.016	1.150.291
Depósitos judiciais – ISSQN (ii)	622.965	-
Depósitos judiciais – TSS (iii)	386.566	242.631
Depósitos judiciais - eventos e sinistros	144.715	144.272
Depósitos judiciais - trabalhistas	35.034	51.657
Depósitos judiciais – cíveis	131.167	126.846
	<u>2.510.463</u>	<u>1.715.697</u>

Os depósitos judiciais estão sendo atualizados pela Selic, exceto os depósitos trabalhistas que são atualizados pela JAM.

- (i) Os depósitos foram realizados durante a vigência da Lei Compl. 84/96 (de junho de 1996 a novembro de 1999), correspondente a contestação da exigência do encargo previdenciário sobre os repasses de produção aos cooperados, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário. O saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme Nota Explicativa 17.
- (ii) Corresponde ao recolhimento por depósitos judiciais realizados em 2018, sobre a diferença do ISSQN (Imposto sobre serviço) oferecido pela base reduzida e ao ISSQN devido que foi apurado pela prefeitura por meio de auto de infração referente aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. O Saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme Nota Explicativa 17.

- (iii) Correspondem a Taxa de Saúde Suplementar referente ao período de julho de 2016 até dezembro de 2018 que estão em processo judicial no qual se encontra provisionado no passivo não circulante, conforme Nota Explicativa 17, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.

9 Investimentos

a Composição do saldo

	2018	2017
Participações societárias - Operadoras de Planos de Assistência a Saúde		
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	1.711.594	902.817
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	805.573	705.573
Central Nacional Unimed	163.902	148.731
	<u>2.681.069</u>	<u>1.757.121</u>
Outros investimentos		
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.306.875	1.227.933
Crediguaçu	35.979	33.796
SICREDI União PR/SP	15.738	5.973
	<u>1.358.592</u>	<u>1.267.702</u>
	<u>4.039.661</u>	<u>3.024.823</u>

b Movimentação dos investimentos

	<u>1º/1/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2018</u>
Participações societárias - Operadoras de Planos de Assistência a Saúde					
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	902.817	-	902.817	808.777	1.711.594
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	314.574	390.999	705.573	100.000	805.573
Central Nacional Unimed	148.731	-	148.731	15.171	163.902
	<u>1.366.122</u>	<u>390.999</u>	<u>1.757.121</u>	<u>923.948</u>	<u>2.681.069</u>
Outros investimentos					
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.113.484	114.449	1.227.933	78.942	1.306.875
Crediguaçu	29.044	4.752	33.796	2.184	35.980
SICREDI União PR/SP	2.725	3.248	5.973	9.764	15.737
	<u>1.145.253</u>	<u>122.449</u>	<u>1.267.702</u>	<u>90.890</u>	<u>1.358.592</u>
	<u>2.511.375</u>	<u>513.448</u>	<u>3.024.823</u>	<u>1.014.838</u>	<u>4.039.661</u>

10 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa			2018	2017
	anual de	Custo	Depreciação		
	depreciação	histórico	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.598.820	-	3.598.820	1.397.495
Edificações	De 2,50% a 4%	25.907.763	(7.473.786)	18.433.977	17.326.104
Instalações	10%	233.956	(212.249)	21.707	9.412
Máquinas e equipamentos	De 4% a 33,33%	15.392.295	(8.946.745)	6.445.550	3.253.126
Computadores e periféricos	De 10% a 20%	2.415.280	(1.896.788)	518.492	416.292
Móveis e utensílios	De 10% a 25%	4.001.992	(2.837.063)	1.164.929	904.402
Veículos	De 20% a 25%	796.231	(644.218)	152.013	90.118
Imobilizações em curso	-	453.148	-	453.148	2.161.776
Outras imobilizações	De 4% a 20%	1.349.498	(787.828)	561.670	460.581
		54.148.983	(22.798.677)	31.350.306	26.019.306

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2018, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

	1º/1/2017	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2017	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2018
Terrenos	1.397.495	-	-	-	1.397.495	2.201.325	-	-	3.598.820
Edificações	24.155.428	-	-	-	24.155.428	844.004	-	908.331	25.907.763
Instalações	218.733	-	(780)	-	217.953	16.003	-	-	233.956
Máquinas e equipamentos	10.367.261	1.006.987	(77.460)	93.224	11.390.012	1.567.713	(16.609)	2.451.179	15.392.295
Computadores e periféricos	2.088.337	272.690	(147.808)	6.506	2.219.725	230.136	(66.969)	32.388	2.415.280
Móveis e utensílios	3.494.814	34.634	(4.964)	-	3.524.484	370.057	(16.683)	124.134	4.001.992
Veículos	757.812	-	(28.004)	-	729.808	92.323	(25.900)	-	796.231
Imobilizações em curso	37.957	2.223.549	-	(99.730)	2.161.776	1.958.464	(6.067)	(3.661.025)	453.148
Outras imobilizações	1.204.505	-	-	-	1.204.505	-	-	144.993	1.349.498
	43.722.342	3.537.860	(259.016)	-	47.001.186	7.280.025	(132.228)	-	54.148.983

c Movimentação da depreciação acumulada

	1º/1/2017	Adição	Baixa	31/12/2017	Adição	Baixa	31/12/2018
Edificações	(6.282.039)	(547.285)	-	(6.829.324)	(644.462)	-	(7.473.786)
Instalações	(206.569)	(2.752)	780	(208.541)	(3.708)	-	(212.249)
Máquinas e equipamentos	(7.358.227)	(849.580)	70.921	(8.136.886)	(823.668)	13.809	(8.946.745)
Computadores e periféricos	(1.813.651)	(132.943)	143.161	(1.803.433)	(159.941)	66.586	(1.896.788)
Móveis e utensílios	(2.385.047)	(239.813)	4.778	(2.620.082)	(228.778)	11.797	(2.837.063)
Veículos	(594.144)	(73.550)	28.004	(639.690)	(29.942)	25.414	(644.218)
Outras imobilizações	(701.433)	(42.491)	-	(743.924)	(43.904)	-	(787.828)
	(19.341.110)	(1.888.414)	247.644	(20.981.880)	(1.934.403)	117.606	(22.798.677)

11 Intangível

a Composição do saldo

		2018		2017
		Amortização		
	Taxa anual de amortização	Custo	acumulada	Total
Software	De 10% a 33,33%	<u>540.338</u>	<u>(290.626)</u>	<u>249.712</u>
				<u>116.473</u>

b Movimentação do intangível

	1º/1/2017	Adição	Baixa	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo histórico	265.231	107.561	(2.308)	370.484	169.854	540.338
(-) Amortização acumulada	(231.438)	(24.881)	2.308	(254.011)	(36.615)	(290.626)
	<u>33.793</u>	<u>82.680</u>	<u>-</u>	<u>116.473</u>	<u>133.239</u>	<u>249.712</u>

12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (i)	1.514.413	-	1.514.413	1.401.683	-	1.401.683
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)	1.045.025	645.579	1.690.604	1.587.868	503.039	2.090.907
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)	4.902.391	-	4.902.391	4.231.577	-	4.231.577
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	1.297.296	-	1.297.296	1.234.865	-	1.234.865
	8.759.125	645.579	9.404.704	8.455.993	503.039	8.959.032

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a constituição, a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. A Cooperativa está sujeita a apresentar patrimônio mínimo ajustado, atualmente estimado em R\$ 248.294 e apresenta em 2018, um patrimônio líquido ajustado de R\$ 37.857.399 e sua margem de solvência total é de R\$ 30.780.320.

A diversificação de ativos garantidores dessas provisões corresponde às aplicações financeiras atendendo aos critérios estabelecidos pela Resolução da ANS. As aplicações financeiras estão lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 4. A Cooperativa possui como ativos garantidores o saldo de R\$ 8.663.589 referente a aplicação financeira vinculada a ANS, e o valor de R\$ 1.281.051 de um imóvel que passou a ser vinculado a ANS a partir de 12 de agosto de 2014 e também o valor de R\$ 144.272 referente a eventos/sinistros depositados em juízo. Portanto a Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 69.442.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 74.830.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) no valor 1.297.296 no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2009 com base na RN e a partir de setembro de 2009, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão.

Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/ familiares pós Lei 9.656/1998

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	2.569.506	1.228.257	367.174	8.968.313	98.559	746.315	13.978.124
Rede contratada	883.208	1.354.198	186.191	2.498.201	71433	28.488	5.021.719
Reembolsos	1.153	4228	216	53.892	-	-	59.489
Intercâmbio eventual	6.262	18.574	20.661	71.579	238.434	938	356.448
Total geral	3.460.129	2.605.257	574.242	11.591.985	408.426	775.741	19.415.780

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

13 Débitos de operação de assistência a saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora

	2018	2017
Médicos cooperados	557.997	1.021.042
Médicos não cooperados	35.198	63.800
Credenciados	37.627	38.620
Intercâmbio	233.609	416.120
	<u>864.431</u>	<u>1.539.582</u>

14 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
IRRF	2.425.133	2.402.921
Contribuições previdenciárias	965.517	932.046
COFINS a recolher	328.819	213.309
FGTS	227.357	209.198
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	161.272	158.629
ISS	664.075	65.490
PIS a recolher	53.412	34.731
ICMS a recolher	5.204	24.167
CSLL	24.386	12.935
IRPJ	44.244	8.668
Outros impostos	5.452	4.119
	<u>4.904.871</u>	<u>4.066.213</u>

15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2018			2017		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	dez/24	600.752	2.035.473	2.636.225	623.561	2.651.101	3.274.662
(-) Juros a apropriar		(236.462)	(393.572)	(630.034)	(234.743)	(592.190)	(826.933)
		364.290	1.641.901	2.006.191	388.818	2.058.911	2.447.729

As garantias são bens e avais da Diretoria.

16 Débitos diversos

	2018	2017
Obrigações com pessoal	3.217.994	3.007.483
Fornecedores	4.344.089	3.662.444
Depósitos de beneficiários	196.238	168.421
Outros débitos a pagar	1.250.619	735.182
	9.008.940	7.573.530

17 Provisões para contingências

	2018	2017
Provisão para contingências tributárias (i)	14.251.237	7.548.851
Provisão para contingências cíveis	4.638.703	1.743.641
Provisão para contingências trabalhistas	-	150.000
	18.889.940	9.442.492

- (i) A provisão para contingências tributárias está assim representada, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
IRPJ e CSLL (a)	-	426.726
INSS (b)	1.292.476	1.095.511
ISS (c)	11.042.052	5.802.616
IRRF (d)	1.566.917	-
Taxa de Saúde Suplementar (e)	349.792	223.998
	14.251.237	7.548.851

- (a) A Cooperativa entendia até o exercício 2011, de que não seriam devidos os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre o resultado positivo de Atos Cooperativos Auxiliares, no entanto, conservadoramente, foi constituída provisão do valor integral de IRPJ e CSLL relativa ao resultado das receitas de Atos Auxiliares. Considerando que houve retificações, no exercício de 2013, a Administração decidiu reverter a provisão em 2018 por entender estar transcorrido o prazo prescricional.

- (b) O valor refere-se ao INSS sobre a Produção médica do período de maio de 1996 a dezembro de 1998, que na ocasião foram feitos depósitos judiciais que representam o montante atualizado de R\$ 1.190.016, conforme nota explicativa 8. Em 2018 não houve alteração no status do processo, permanecendo o mesmo com exigibilidade suspensa, aguarda-se a transformação dos saldos remanescentes das contas judiciais em pagamento definitivo para satisfazer o crédito integral em favor da União Federal.

- (c) Provisão referente à diferença do ISSQN (Imposto sobre serviço) oferecido pela base reduzida e ao ISSQN devido que foi exigido pela Prefeitura do Município de Rio Claro por meio dos autos de inflações nº 503/2018, 504/2018, 505/2018, 508/2018; 509/2018 e 593/2018 o qual a autuação foi baseada na base de cálculo regulamentada pela Lei nº 3.784 a partir de 1º de novembro de 2.007, uma vez que a base de cálculo não foi homologada e até 31 de outubro de 2.007 o código tributário municipal determinava como base de cálculo desse tributo o preço do serviço, deduzido dos valores recebidos de terceiros e repassados a seus cooperados, e credenciados para a prestação dos serviços de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos, odontológicos e demais profissionais da saúde legalmente estabelecidos. Conservadoramente, a Administração da Cooperativa optou por provisionar a diferença do imposto não oferecido nos últimos anos não prescritos corrigidos com juros e multa no montante de R\$ 5.802.616 até dezembro de 2017, realizando o complemento em 2018 no valor de R\$ 5.239.436.
- (d) A provisão para contingência constituída no valor de R\$ 1.566.917 refere-se a compensação não homologada pela Receita Federal do Brasil do imposto de renda retido nas faturas de pré pagamento compensado como absorção do saldo credor do IRRF dos cooperados pessoa física, o qual não foi informado na declaração do imposto de renda na fonte (DIRF) dos tomadores de serviços, ou declarada com o código 1708 e não 3280, não dando direito ao crédito. A assessoria jurídica caracteriza a ação possível, entretanto conservadoramente a Administração da Cooperativa optou por provisionar o valor compensado.
- (e) A provisão para contingência constituída no valor de R\$ 349.792 refere-se à taxa de saúde suplementar correspondente ao período de julho de 2016 a dezembro de 2018, cuja exigibilidade legal, está sendo questionada judicialmente. Há depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 386.566, conforme nota explicativa nº 8.

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

18 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 1.568.069, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2018 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível (R\$ 9.865.307 em 2017). Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão, considerando que a probabilidade de perdas é possível, mas não provável.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobras no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício, deduzida do resultado com terceiros, terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e

- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

A Administração da Cooperativa no exercício de 2018 decidiu não fazer a compensação do prejuízo apurado com operações de terceiros no montante de R\$ 1.156.210, conforme nota explicativa 26, contra Fundo de Reserva. Portanto a sobra à disposição da AGO, está líquida deste valor.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. A Administração da Cooperativa optou por não fazer a realização do RATES no exercício de 2018 e fazer no exercício de 2017. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Em 2018 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 2.733.724 conforme demonstrado:

	2018	2017
Sobra líquida do exercício	<u>4.250.309</u>	<u>9.916.386</u>
Realização do RATES	-	45.392
Realização da reserva de provisões técnicas	-	786.080
Constituição de reservas estatutárias:		
RATES	(201.318)	(495.820)
Fundo de reserva	(452.031)	(991.638)
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	(863.237)	(804.294)
Sobras à disposição da AGO	<u>2.733.723</u>	<u>8.456.106</u>

20 Dispêndios/ despesas administrativas

	2018	2017
Pessoal	(10.044.900)	(9.526.658)
Serviços de terceiros	(1.808.323)	(1.829.729)
Localização e funcionamento	(933.032)	(891.960)
Publicidade e propaganda	(825.791)	(718.625)
Tributos	(235.530)	(271.839)
Diversas	(703.015)	(502.462)
	<u>(14.550.591)</u>	<u>(13.741.273)</u>

21 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.624.150	1.833.155
Juros por recebidos em atraso	569.464	425.651
Atualização monetária	81.084	117.525
Outras receitas financeiras	594.780	65.084
	<u>2.869.478</u>	<u>2.441.415</u>
Dispêndios financeiros		
Juros sobre capital próprio	(1.880.099)	-
Ressarcimento ao SUS	(185.587)	(81.164)
Atualização das contingências	(14.143)	(448.748)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(227.045)	(289.829)
Taxa de administração com cartão de crédito	(131.628)	(161.848)
Juros e multa de despesas assistenciais	(2.425)	(33.919)
Outros	(119.966)	(31.905)
	<u>(2.560.893)</u>	<u>(1.047.413)</u>
	<u>308.585</u>	<u>1.394.002</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Sobras antes dos tributos	7.321.107	10.022.184
Adição/ exclusões	4.246.605	1.438.922
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(10.671.106)	(11.072.488)
Base de cálculo	896.606	388.618
Imposto de renda - 15%	134.491	58.293
Adicional do imposto de renda - 10%	67.661	14.862
PAT	(5.380)	(2.332)
Imposto de renda	196.772	70.823
Contribuição social - 9%	80.695	34.976

23 Adoção a RN 430

A Resolução Normativa nº 430 de 7 de dezembro de 2017 que dispõe, entre outros assuntos, sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, exige que as operadoras apresentem de forma segregada suas operações de intercâmbio eventual e corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários (operação de intercâmbio definitivo ou habitual/ convênios de reciprocidade / aluguel de rede / repasse em pré-pagamento / repasse em pós pagamento ou em custo operacional/ risco cedido).

No sistema Unimed as cooperativas mantêm relacionamento operacional que garante uma estrutura de atendimento comum aos beneficiários com a prestação de serviços médicos e hospitalares, uma cooperativa atendendo beneficiários da outra. Essa operação, enquadra-se nas definições de intercâmbio e compartilhamento de riscos regulamentado pelo Manual de Intercâmbio Nacional (MIN), o qual está em consonância com a RN 430/2017, que classifica o intercâmbio em duas modalidades) Habitual: quando o beneficiário possui contrato regional e recebe atendimento de rotina na Unimed que não é a sua contratante ou com contrato regional ou nacional que mora na área de ação de outra Unimed que não é a sua contratante; e b) Eventual: quando o beneficiário está em trânsito na área de ação de outra Unimed.

Dessa forma, todos os eventos conhecidos e avisados, sejam eles de despesas incorridas com beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela cooperativa, ou sejam, relativos a despesas incorridas com beneficiários de outras cooperativas suportadas diretamente pela Operadora, em função de operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários foram integralmente registrados no mês de dezembro de 2018 e foram contabilizados de acordo com os relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed (arquivo PTU) disponibilizados pela Unimed do Brasil. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed, conforme regras previstas no MIN. Os eventos relativos ao compartilhamento de risco foram classificados nos montantes demonstrados abaixo:

Período	Eventos conhecidos por corresponsabilidade assumida		Eventos conhecidos por corresponsabilidade transferida	
	Eventual	Habitual	Eventual	Habitual
Janeiro	1.846.744	443.441	267.914	273.481
Fevereiro	1.505.231	888.559	204.462	342.813
Março	1.919.422	997.062	311.610	250.706
Abril	1.082.140	1.118.416	87.604	344.218
Maio	1.699.835	933.705	94.013	537.958
Junho	1.737.604	891.194	111.568	417.287
Julho	1.510.665	941.474	85.366	558.641
Agosto	1.501.994	1.098.812	117.471	401.680
Setembro	1.391.476	1.121.170	188.312	500.914
Outubro	1.563.573	999.596	182.364	683.096
Novembro	1.006.007	804.657	313.299	298.254
Dezembro	549.310	1.140.999	286.663	307.531
	17.314.001	11.379.085	2.250.646	4.916.579

24 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de 3 anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de apenas 4 membros e para Conselho Fiscal o mandato é de um ano sendo permitida a reeleição de apenas 2 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

25 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros instrumentos em caráter especulativo.

26 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como risco de realização do contas a receber e o risco de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Cooperativa no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

27 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

▪ Em 2018

	2018		
	Ato cooperado	Ato Não cooperado	Total
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	124.917.126	6.533.692	131.450.818
Ingressos com operações de assistência à saúde	134.080.470	6.533.692	140.614.162
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(9.163.344)	-	(9.163.344)
Eventos indenizáveis líquidos	(97.108.898)	(7.966.307)	(105.075.205)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(97.817.323)	(7.999.744)	(105.817.067)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	708.425	33.437	741.862
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	27.808.228	(1.432.615)	26.375.613
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	54.637	221	54.858
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	5.558.816	9.266.670	14.825.486
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	5.558.816	273.080	5.831.896
Outras receitas operacionais	-	8.993.590	8.993.590
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	(174.598)	(174.598)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(3.248.630)	(3.893.808)	(7.142.438)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(3.889.551)	(3.881.741)	(7.771.292)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência a saúde	946.309	-	946.309
Provisão para perdas sobre crédito	(305.389)	(12.068)	(317.457)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(6.563.355)	(8.537.769)	(15.101.124)
Resultado bruto	23.609.695	(4.771.899)	18.837.796
Dispêndios/ despesas de comercialização	(349.617)	(17.143)	(366.760)
Dispêndios/ despesas administrativas	(13.559.897)	(990.694)	(14.550.591)
Resultado financeiro líquido	(1.441.406)	1.749.991	308.585
Ingressos/ receitas financeiras	529.951	2.339.527	2.869.478
Dispêndios/ despesas financeiras	(1.971.357)	(589.536)	(2.560.893)
Resultado patrimonial	311.968	(8.555)	303.413
Ingressos/ receitas patrimoniais	311.968	-	311.968
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(8.555)	(8.555)
Sobra antes da tributação e das participações	8.570.744	(4.038.301)	4.532.443
IRPJ	-	(196.772)	(196.772)
CSLL	-	(80.695)	(80.695)
Participações sobre o resultado	(2.015)	(2.653)	(4.668)
Sobra líquida do exercício	8.568.729	(4.318.420)	4.250.309

▪ Em 2017

	2017		
	Ato cooperado	Ato Não cooperado	Total
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	114.816.994	5.336.244	120.153.238
Ingressos com operações de assistência à saúde	119.193.549	5.336.244	124.529.793
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(4.376.555)	-	(4.376.555)
Eventos indenizáveis líquidos	(88.762.755)	(6.208.811)	(94.971.566)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(88.709.300)	(6.206.282)	(94.915.582)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(53.455)	(2.529)	(55.984)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	26.054.239	(872.567)	25.181.672
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	106.832	288	107.120
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	6.736.486	10.270.599	17.007.085
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	6.736.486	266.165	7.002.651
Outras receitas operacionais	-	10.004.434	10.004.434
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	(182.684)	(182.684)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(2.491.103)	(1.132.782)	(3.623.885)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.311.381)	(1.018.798)	(3.330.179)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência a saúde	76.681	-	76.681
Provisão para perdas sobre crédito	(256.403)	(113.984)	(370.387)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(6.749.100)	(9.561.139)	(16.310.239)
Resultado bruto	23.657.354	(1.478.285)	22.179.069
Dispêndios/ despesas de comercialização	(306.859)	(15.088)	(321.947)
Dispêndios/ despesas administrativas	(12.651.558)	(1.089.715)	(13.741.273)
Resultado financeiro líquido	(141.583)	1.535.585	1.394.002
Ingressos/ receitas financeiras	416.598	2.024.817	2.441.415
Dispêndios/ despesas financeiras	(558.181)	(489.232)	(1.047.413)
Resultado patrimonial	512.836	(2.867)	509.969
Ingressos/ receitas patrimoniais	512.836	5.700	518.536
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(8.567)	(8.567)
Sobra antes da tributação e das participações	11.070.190	(1.050.370)	10.019.820
IRPJ	-	(70.823)	(70.823)
CSLL	-	(34.976)	(34.976)
Participações sobre o resultado	2.406	(41)	2.365
Sobra líquida do exercício	11.072.596	(1.156.210)	9.916.386

Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

28 Cobertura de seguros

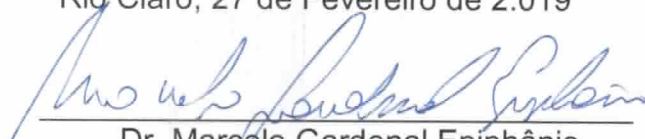
A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018 e a conta de Resultado do Exercício bem como todos os documentos e saldos figurantes, verificando uma **sobra a disposição da Assembléia Geral Ordinária de R\$ 2.733.722,51 (Dois Milhões, Setecentos e Trinta e Três Mil, Setecentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Um Centavos)**, e tendo encontrado tudo em plena ordem; recomenda a sua aprovação pela Assembléia Geral dos senhores Cooperados.

Rio Claro, 27 de Fevereiro de 2019



Dr. Marcelo Gardenal Epiphânio
(Membro)



Dr. Sérgio Mitiake Shimizu
(Membro)



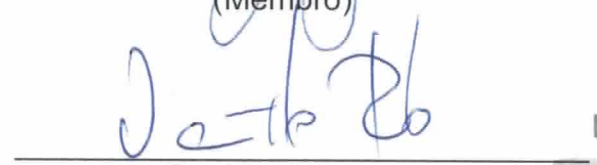
Dra. Sandra Maria Oliveira Franzin
(Membro)



Dr. Roberto Carlos Guandalini Junior
(Membro)



Dr. Fabrízio Magaldi Messetti
(Membro)



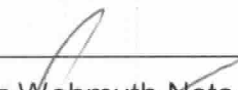
Dr. Vanildo Prado
(Membro)

contabilidade@unimedrc.com.br
Contabilidade
Rua 11, 1441
13500-240 Santa Cruz, Rio Claro - SP
(19) 3522-2614
(19) 3522-2610

PARECER DA DIRETORIA EXECUTIVA

Reconhecemos a exatidão do Balanço Patrimonial e da conta de Resultado do Exercício bem como todos os documentos e saldos figurantes, verificando uma **sobra a disposição da Assembléia Geral Ordinária de R\$ 2.733.722,51 (Dois Milhões, Setecentos e Trinta e Três Mil, Setecentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Um Centavos)**, e tendo encontrado tudo em plena ordem; recomenda a sua aprovação pela Assembléia Geral dos senhores Cooperados

Rio Claro, 11 de Março de 2.019



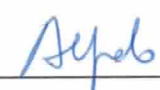
Dr. Luiz Wehmuth Neto
(Diretor Presidente)



Dr. José Martiniano Grillo Neto
(Diretor Administrativo)



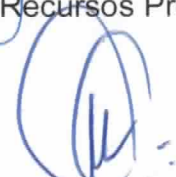
Kerlei Carneiro Bonina Lima
Contador CRC-SP – 1SP215537/O-3
CPF:- 123.659.308-16



Dr. Alfredo de Oliveira Neto
(Diretor Financeiro)



Dr. Gilberto Carlos Zangiácomo
(Diretor de Recursos Próprios)



Márcio Aparecido da Silva
Contador CRC-SP – 1SP139533/O-7
CPF:- 070.960.718-06